www.arteconstrucao.com
Número 255 // Ano XXI // € 3,50 Continente
Setembro 2012
00255
5 607727 091417

Arte & Construção

Revista Profissional da Construção

DE PROFISSIONAIS PARA PROFISSIONAIS

Um ano após a constituição da Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET), Augusto Guedes faz um balanço da actividade e fala das dificuldades que o exercício da engenharia enfrenta. "Temos hoje em Portugal duas possibilidades: ou nos prostituímos para exercer a profissão ou emigramos", diz. O bastonário consegue, porém, ver efeitos positivos na crise vivida no país, na medida em que retira do mercado "muita gente que trabalha de forma ilegal e empresas fictícias".

Entrevista

AUGUSTO GUEDES
"Para exercer a profissão ou nos prostituímos ou emigramos"

Dossier

mbiente
inimizar o impacto da construção

Ferramentas eléctricas

Evitar os perigos
Ferramentas eléctricas requerem manutenção segura

Em Foco

Construção
Licenciamento de obras acentua queda

O PRIMEIRO ANO DA OET

Um ano após a constituição da Ordem do Engenheiros Técnicos (OET), o bastonário Augusto Guedes mostra-se muito satisfeito com o trabalho realizado e chega mesmo a afirmar, em entrevista à Arte & Construção, que "o primeiro ano da Ordem e o 12º enquanto associação de direito público não podia ter corrido melhor".

Mas nem tudo correu bem para a OET durante estes 12 meses. Como frisa Augusto Guedes, este também foi o ano de "enfrentar todas as acções que outras associações de direito público nos fizeram pelo facto de termos mudado a designação". Como é o caso da dos desentendimentos com a Ordem dos engenheiros e a CNOP – Conselho Nacional das Ordens Profissionais, assim como o processo que a Ordem dos Arquitectos interpôs contra a OET, "pois querem ser engenheiros administrativamente", afirma o bastonário.

Augusto Guedes está convicto que o trabalho desenvolvido pela OET está a ir na direcção certa, tanto que, na sua perspectiva, os mais de quatro mil licenciados pós-Bolonha inscritos na OET, revelam "uma clara assunção de que o caminho que defendemos foi assumido pela sociedade sem nenhum equívoco".

Com os objectivos de continuar "a criar condições para uma boa prática profissional" e "a trabalhar para que as escolas percebam que têm que dar melhor formação aos alunos", a OET mantém o optimismo e acredita que existe "uma possibilidade de entendimento" entre a OET e a Ordem dos Engenheiros. Desde de que haja "igualdade", sublinha.

Chantal Florentino
Directora

Directora: Chantal Florentino chantal.florentino@arteconstrucao.com; **Redacção:** Sofia Dutra sofia.dutra@arteconstrucao.com, Sara Oliveira sara.oliveira@arteconstrucao.com; **Colaboração:** Pedro Miguel Cardoso de Almeida; **Publicidade:** Duarte Mourato (Director) duarte.mourato@arteconstrucao.com; **Assinaturas:** assinaturas@arteconstrucao.com; **Paginação:** Alexandra Antunes • xana.antunes@gmail.com; **Website:** www.arteconstrucao.com; **Fundador da revista:** António Esteves; **Propriedade e Edição:** mtg - Edição e Publicidade, Lda. Centro Empresarial Tejo - Rua de Xabregas, 20 - 2º Sala 10 • 1900-440 Lisboa • Tel. 218650070 • Fax. 218650079 • Email: geral@mtg.pt • Cap. Social: € 5.000,00 • NIPC: 507 958 373; **Orgãos Sociais:** Duarte Mourato - 50%; Chantal Florentino - 25%; Pedro Nunes - 25%; **Execução Gráfica:** EUROPRESS, Lda • Rua João Saraiva, 10 A 1700-249 – Lisboa • Tel.: 218 444 340 • Fax.: 218 492 061 • geral@europress.pt; **Publicação Mensal:** Tiragem: 10 500 exemplares; **Distribuição**: VASP; Venda por assinaturas (IVA incluído 5%): Portugal: € 45,50/ano; Os artigos assinados, apenas veiculam as posições dos seus autores; ICS Nº 114748/90; Número Depósito Legal 41713/90; ISSN 0873-5271.

sumário

03 **EDITORIAL**

04 **SUMÁRIO**

06 **ENTREVISTA**
Augusto Guedes

12 **OPINIÃO**
Factores que influenciam a certificação energética - Pedro Miguel Cardoso de Almeida

16 **DOSSIER**
Ambiente

24 **RECUPERAÇÃO**
Sintra recupera Castelo dos Mouros

28 **FERRAMENTAS ELÉCTRICAS**
Ferramentas eléctricas requerem manutenção segura

34 **NO PAÍS**

37 **EMPRESAS**
Grundfos inaugura Academia de Formação

38 **NO MUNDO**

39 **EMPRESAS**
Dremel mostra novidades

40 **IMOBILIÁRIO**

42 **EMPRESAS**

44 **AGENDA**

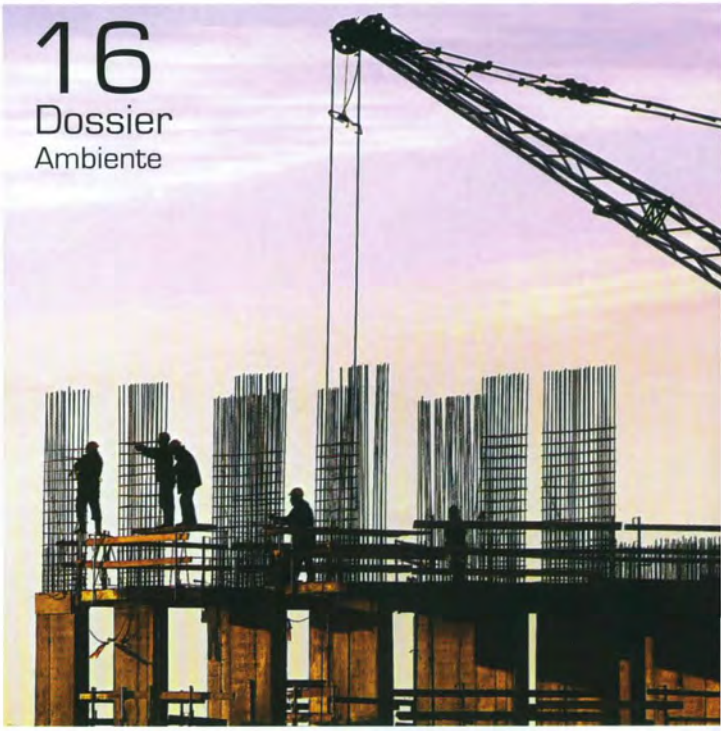
46 **NAVEGAR**

47 **ARTES&LEITURAS**

48 **PRODUTOS**

50 **EM FOCO**
Construção

UM ANO APÓS A CONSTITUIÇÃO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS (OET), AUGUSTO GUEDES FAZ UM BALANÇO DA ACTIVIDADE E FALA DAS DIFICULDADES QUE O EXERCÍCIO DA ENGENHARIA ENFRENTA. "TEMOS HOJE EM PORTUGAL DUAS POSSIBILIDADES: OU NOS PROSTITUÍMOS PARA EXERCER A PROFISSÃO OU EMIGRAMOS", DIZ. O BASTONÁRIO CONSEGUE, PORÉM, VER EFEITOS POSITIVOS NA CRISE VIVIDA NO PAÍS, NA MEDIDA EM QUE RETIRA DO MERCADO "MUITA GENTE QUE TRABALHA DE FORMA ILEGAL E EMPRESAS FICTÍCIAS".



OS RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO REPRESENTAM 30% DOS RESÍDUOS PRODUZIDOS NOS 32 PAÍSES DO ESPAÇO ECONÓMICO EUROPEU, JUSTIFICANDO, SÓ PELO VALOR, A NECESSIDADE DE, TAMBÉM NESTE CASO, "MELHORAR A EFICIÊNCIA DOS RECURSOS PARA REDUZIR A UTILIZAÇÃO GLOBAL DE RECURSOS NATURAIS NÃO RENOVÁVEIS". A BINÓMIO AMBIENTE/ CONSTRUÇÃO ESTENDE-SE AO REGULAMENTO DOS PRODUTOS DE CONSTRUÇÃO, ONDE SURGIU UM NOVO REQUISITO: UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS.

"PARA EXERCER A PROFISSÃO OU NOS PROSTITUÍMOS OU EMIGRAMOS"

TEXTO DE SOFIA DUTRA

/// Um ano após a constituição da Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET), Augusto Guedes faz um balanço da actividade e fala das dificuldades que o exercício da engenharia enfrenta. "Temos hoje em Portugal duas possibilidades: ou nos prostituímos para exercer a profissão ou emigramos", diz. O bastonário consegue, porém, ver efeitos positivos na crise vivida no país, na medida em que retira do mercado "muita gente que trabalha de forma ilegal e empresas fictícias".

Qual o balanço que faz do primeiro ano de existência da Ordem dos Engenheiros Técnicos?

Augusto Guedes – O primeiro ano da Ordem e o 12º enquanto associação de direito público não podia ter corrido melhor. Foi um ano de trabalho intensivo, em que fizemos um conjunto de adequações ao modelo de funcionamento, criámos novos regulamentos e adaptámos algumas comissões, além de todo o trabalho de mudança de designação de ANET para OET.

Foi um ano globalmente positivo, sendo certo que tivemos também que enfrentar todas as acções que outras associações de direito público nos fizeram pelo facto de termos mudado a designação. O processo mais complexo e delicado é uma acção que temos pendente em tribunal da tentativa da outra Ordem usurpar as nossas funções. Depois da alteração da nossa designação, a outra Ordem alterou abusivamente e ilegalmente os seus regulamentos internos para admitir os mesmos membros que nós.

Temos também um processo que a Ordem dos Arquitectos interpôs contra nós, pois querem ser engenheiros administrativamente. Há um conjunto de actos de engenharia que os engenheiros técnicos podem praticar, tal como os colegas da outra Ordem, e a Ordem dos Arquitectos achou que devia impugnar o nosso regulamento. Não tem nenhum fundamento. É um exemplo de como a inveja continua a ser uma forma de estar neste país. Já estamos habituados, mas é desgastante em termos físicos, psicológicos e financeiros. Gasta-se muito com estas guerras de capelinha, descurando o interesse público. Nós, ordens, devíamos preocuparmo-nos mais com a defesa da boa prática. E as ordens mais antigas preocupam-se essencialmente na defesa dos interesses dos seus membros, ou seja, funcionam como um sindicato. O interesse maior da existência de uma ordem é a defesa da qualidade do ensino e da boa prática dos actos de cada profissão.

Neste primeiro ano quantos engenheiros é que se inscreveram na OET?

Neste momento, temos mais de 4.000 licenciados pós-Bolonha, o que é uma clara assunção de que o caminho que defendemos foi assumido pela sociedade sem nenhum equivoco.

E no total qual o número de inscritos na OET?

25.000, sendo certo que dos mais de 20.000 muitos já obtiveram novos graus de qualificação. O primeiro ciclo é um primeiro patamar do exercício da engenharia, mas estimulamos a obtenção de novos graus académicos. Um engenheiro tem que manter a disponibilidade para aprender coisas novas, pois de outro modo está rapidamente fora do mercado.

Claro que é difícil obter novas qualificações, porque as próprias escolas colocam bloqueios artificiais à continuação dos estudos. Por exemplo, há algumas escolas que para um bacharel obter o grau de licenciado exigem fazer uma cadeira de inglês. É um absurdo. Há um conjunto de escolas que não percebeu que o mundo mudou. O ensino superior está ainda noutro tempo. As escolas não podem estar estagnadas. As formações que dão têm que estar relacionadas com o exercício efectivo das profissões e têm que estar actualizadas.

Porquê que acha que isso acontece?

Porque a instituição escolar, desde o ensino básico ao superior, é muito conservadora e funciona muito em circuito fechado.
É absurdo e um desperdício de dinheiro público que um engenheiro do primeiro ou do segundo ciclo, quando acaba o curso, não fique habilitado para uma série de competências (como a certificação energética) e seja obrigado a fazer formações complementares.
É verdade que temos casos de excepção e que há uma nova geração formada nas nossas escolas superiores de altíssima qualidade, mas com os mesmos recursos devíamos ir mais longe. Temos estabelecido com as escolas mecanismos de consulta para que possam melhorar a formação que facultam e para que chegue ao mercado gente mais habilitada e capaz de contribuir para o desenvolvimento. Agora, isso leva tempo e é preciso alguma paciência. Tem que ser feito com serenidade.

Como analisa o acordo a que a Ordem dos Engenheiros chegou para o reconhecimento de diplomas no Brasil?

Vemos com alguma preocupação a histeria de algumas ordens em defenderem que os engenheiros, os arquitectos, os médicos devem ter equivalências no Brasil. É um erro estratégico. Defendemos é que deve haver livre circulação enquanto profissionais. Eu não quero ser engenheiro do Brasil. Não quero ter equivalência numa determinada universidade brasileira. Quero é poder trabalhar no Brasil, sendo um engenheiro formado em Portugal. Como quero trabalhar em Angola, sendo um engenheiro formado em Portugal. Não quero equivalência ao curso de engenharia noutro país.
Aqui há o problema da reciprocidade. E nós, europeus e portugueses, temos absoluta dificuldade de reconhecer a reciprocidade. Achamos que os engenheiros do Brasil, de Angola e Moçambique não têm qualidade, e, portanto, não lhes queremos dar o direito de reciprocidade. Queremos chegar a esses países, numa postura neocolonial, exercer livremente a nossa profissão, mas não aceitamos que os nossos colegas desses países com cursos tirados lá possam exercer em Portugal. Nós não estamos disponíveis para termos livre circulação só num sentido. Queremos que – tal como na Europa – haja um espaço de livre circulação nos países CPLP.
Há membros da sociedade portuguesa que, numa tentativa de proteger os seus próprios interesses, têm atitudes antipatrióticas. Quando um bastonário diz que só os membros de uma determinada Ordem é que podem praticar um determinado acto de engenharia está a fazer com que todos os portugueses que não tenham esse requisito mínimo sejam impedidos de exercer a profissão. A OET não pode continuar silenciosa sobre essa matéria, porque é uma colocação errada e tem induzido o governo a colocar mal o problema. O governo português devia procurar o reconhecimento da profissão, devia lutar pela livre circulação dos profissionais. O que acontece na Europa devia ser alargado no espaço CPLP. Há aqui uma imagem de marca corporativa profunda que tem que ser alterada. Mas é uma batalha demasiado grande, que não pode ser só dos engenheiros técnicos. O próprio Conselho Nacional das Ordens Profissionais impede a nossa entrada. Há um bloqueio à nossa Ordem, porque não alinhamos nas atitudes corporativas da maioria das ordens. Para nós é um dado adquirido: pode demorar mais 10, 20 ou 100 anos, mas é inevitavelmente o caminho que vai acontecer. Exemplificativo desta linha é o anunciado congresso dos engenheiros em Lisboa, que vai decorrer em Outubro e exclui os engenheiros técnicos. Ainda por cima o congresso é suportado por dinheiros públicos de empresas altamente falidas e deficitárias, como a REFER. Isso é criminoso.

O que pensam fazer para contrariar as baixas remunerações que os engenheiros técnicos estão a auferir?

As ordens deviam ter uma regulação maior do exercício das profissões. O empresariado está a aproveitar de forma injusta as boas medidas que o governo tomou. Mas temos antecedentes: nesta selva que é o exercício da profissão muitas pessoas canibalizam a profissão. Uma parte significativa das pessoas não paga os impostos devidos pelo seu trabalho, o que cria uma concorrência desleal. Entramos numa espiral que leva a que qualquer empregador se atreva a propor o salário mínimo a um enfermeiro, a um engenheiro técnico, a um médico.
O próprio Estado é corresponsável, porque paga pouco mais de um euro nas avaliações. A Ordem dos Arquitectos e a Ordem dos engenheiros tentaram excluir a OET para ficarem com o mercado das avaliações. Eles acordaram uma baixa de preço, porque estavam a tentar dividir o bolo. Nós contestámos em

tribunal, ganhámos o processo e, como era de direito e justo, o bolo passou a ser dividido por todos. São as ordens que canibalizam o próprio mercado, e depois queixam-se dos preços praticados.
De acordo com a autoridade da concorrência, não podemos definir quanto custa cada projecto, mas podemos definir o valor por hora do exercício da profissão. A OET deliberou que o valor por hora do trabalho do engenheiro técnico é de 50 euros. Se todos nós – arquitectos, engenheiros e engenheiros técnicos - seguíssemos um princípio deste género, fazíamos com que não houvessem estes salários. A partir do momento em que é a lei da selva, do salve-se quem puder, o resultado é que ganham todos abaixo do aceitável.
Temos hoje em Portugal duas possibilidades: ou nos prostituímos para exercer a profissão ou emigramos. Mas só nós, cidadãos, somos responsáveis por isso.
Os engenheiros técnicos têm, apesar de tudo, sobrevivido razoavelmente bem a esta crise, embora comece a haver sinais preocupantes que não tínhamos há três ou quatro meses. Há uma quebra de 25% da nossa actividade. Não há tanto desemprego assim, muitos engenheiros técnicos trabalham para o exterior, mas há queda no rendimento. Espero que a reabilitação urbana traga para todos, e em particular para os engenheiros técnicos, novas oportunidades de trabalho.
Sempre disse que para a engenharia esta crise até poderia ter algumas vantagens, porque tiraria do mercado muita gente que trabalha de forma ilegal, empresas fictícias, empresas que não têm alvará. A engenharia é muito propensa às assinaturas de favor nos projectos, e

ninguém quer atacar esse problema. Hoje, começa a haver consciência que pactuar com isso é prejudicar-nos a todos. Diria, de forma talvez pouco simpática, que é preciso que a crise vá mais fundo para que se consiga resolver alguns destes problemas da sociedade portuguesa.
Sem uma situação de verdadeira emergência, algumas das modificações que estão a ser feitas jamais seriam executadas. Por muito que isso seja duro, ainda bem que tivemos a intervenção da Troika e espero que este governo não perca o fôlego, como aconteceu ao anterior, e consiga fazer as alterações que têm que ser feitas.
Acredito que, se o endividamento das empresas públicas não tivesse crescido como cresceu, íamos fazer de conta que não víamos o problema.
Quando se diz que estão a falir x número de empresas de construção civil, uma parte delas não é empresa, porque nunca pagou impostos. Alguma coisa que tem que mudar, mas só muda se a crise se agravar.

Quais os objectivos da OET para este segundo ano?

São continuar a criar condições para uma boa prática profissional e manter o combate ao desperdício, à engenharia e à arquitectura ilícita. Estamos a acordar com o governo para que com o cartão do cidadão uma pessoa possa subscrever os projectos e todos os actos de engenharia de uma forma desmaterializada com acesso à nossa base de dados.
Vamos continuar a trabalhar para que as escolas percebam que têm que dar melhor formação aos alunos. E agora que já está na Assembleia da República a proposta do governo sobre a lei das ordens, vamos tentar que algumas situações menos claras sejam corrigidas. E vamos continuar a dar estímulos aos nossos colegas para que no dia-a-dia dignifiquem a engenharia e o país, contribuindo para o desenvolvimento e para a criação de riqueza.

Vê no horizonte alguma possibilidade de entendimento entre as ordens?

Vejo. É possível desde que exista na outra Ordem uma direcção que não queira tratar-nos como se o país estivesse ainda em 1950. A OET é instrumental para a dinamização e boa prática da engenharia.
No dia em que os nossos colegas dirigentes da outra ordem quiserem fazer uma abordagem séria, serena e honesta sobre a criação de uma Ordem única estamos absolutamente disponíveis. No dia em que os engenheiros técnicos deixem de ser tratados como engenheiros de segunda, podemos fazer uma fusão num curto espaço de tempo.
Surgiu a ideia de criar uma ordem única, mas um engenheiro técnico nunca podia ser bastonário. Isto é suicida. Obviamente que todos os membros de uma determinada ordem podem ser bastonário. Não pode haver nenhuma limitação artificial. Tem que haver igualdade.
No dia que estiverem disponíveis para aceitar todos os membros da Ordem e não como dizem agora que apenas os mestres e doutores podem ir, quando quiserem evoluir nesse sentido, estamos disponíveis. E depois há eleições e vê-se quem ganha. Agora julgo que alguns membros da Ordem terão muito medo de ter um bastonário oriundo dos engenheiros técnicos.

NOTA: A entrevista foi realizada a 6 de Setembro, antes do anúncio de novas medidas de austeridade, nomeadamente do aumento da Taxa Social Única.